

PreviHonda -
Entidade de
Previdência Privada

**Demonstrações Contábeis em 31 de
dezembro de 2020 e 2019**

Conteúdo

1. Balanço Patrimonial Consolidado	6
2. Demonstrações das Mutações do Patrimônio Social - Consolidado	7
3. Demonstrações do Plano de Gestão Administrativa - Consolidado	8
4. Demonstrações do Ativo Líquido do Plano de Benefícios – Plano de Aposentadoria PreviHonda	9
5. Demonstrações das Mutações do Ativo Líquido do Plano de Benefícios – Plano de Aposentadoria PreviHonda	10
6. Demonstrações das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – Plano de Aposentadoria PreviHonda	11
7. Demonstrações do Ativo Líquido do Plano de Benefícios – Plano de Aposentadoria do Banco Honda	12
8. Demonstrações das Mutações do Ativo Líquido do Plano de Benefícios – Plano de Aposentadoria do Banco Honda.....	13
9. Demonstrações das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – Plano de Aposentadoria do Banco Honda.....	14
10. Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis.....	15



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos
Administradores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadores da PreviHonda –
Entidade de Previdência Privada
Sumaré – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da PreviHonda – Entidade de Previdência Privada (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela PreviHonda – Entidade de Previdência Privada, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 29 em 31 de dezembro de 2020) e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração do ativo líquido, das mutações do ativo líquido e das provisões técnicas dos planos para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da PreviHonda – Entidade de Previdência Privada e individuais por plano de benefício em 31 de dezembro de 2020, e os desempenhos consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por planos de benefício”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade e ou os planos de benefícios continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade e ou os planos de benefícios ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios da PreviHonda – Entidade de Previdência Privada.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade e ou dos planos de benefícios. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade e os planos de benefícios a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de março de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3

1. Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de Reais)

Ativo	2020	2019	Passivo	2020	2019
Disponível	15	43	Exigível operacional	1.210	1.021
			Gestão Previdencial	968	790
			Gestão Administrativa	242	231
Realizável	256.953	249.968	Patrimônio social	255.821	249.089
Gestão Previdencial	631	599	Patrimônio de Cobertura do Plano	252.091	246.266
Gestão Administrativa	91	6	Provisões Matemáticas	252.091	246.266
Investimentos	256.231	249.363	Benefícios Concedidos	44.393	43.142
Ações	37.804	36.932	Benefícios a Conceder	207.698	203.124
Fundos de Investimentos	218.427	212.431			
Permanente	63	99	Fundos	3.730	2.823
Imobilizado	63	99	Fundos Previdenciais	2.525	1.836
			Fundos Administrativos	1.205	987
Total do ativo	257.031	250.110	Total do passivo	257.031	250.110

SERGIO SHINJI MIYAKE
DIRETOR SUPERINTENDENTE
 CPF: 047.032.758-80

RODRIGO FRANCISCO DO PRADO SILVA
CONTADOR – CRC 1SP 221255/O-0
 CPF: 011.932.857-71

2. Demonstrações das Mutações do Patrimônio Social – Consolidado – Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de Reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>Variação</u>
A) Patrimônio social – início do exercício	249.089	221.923	12,24%
1. Adições	43.178	39.934	8,12%
Contribuições previdenciais	8.127	8.296	-2,04%
Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão Previdencial	32.056	29.547	8,49%
Receitas administrativas	2.864	1.944	47,33%
Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão Administrativa	131	147	-10,88%
2. Destinações	(36.446)	(12.768)	185,45%
Benefícios	(11.299)	(9.181)	23,07%
Resultado negativo líquido dos investimentos - Gestão Previdencial	(22.370)	(1.248)	1692,47%
Despesas administrativas	(2.690)	(2.334)	15,25%
Resultado negativo líquido dos investimentos - Gestão Administrativa	(87)	(5)	1640,00%
3. Acréscimo no patrimônio social (1+2)	6.732	27.166	-75,22%
Provisões matemáticas	5.825	26.295	-77,85%
Fundos previdenciais	689	1.119	-38,43%
Fundos administrativos	218	(248)	-187,90%
B) Patrimônio social – final do exercício (A+3)	255.821	249.089	2,70%

SERGIO SHINJI MIYAKE
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 047.032.758-80

RODRIGO FRANCISCO DO PRADO SILVA
CONTADOR – CRC 1SP 221255/O-0
CPF: 011.932.857-71

3. Demonstrações do Plano de Gestão Administrativa – Consolidado – Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de Reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>Varição</u>
A) Fundo administrativo do exercício anterior	987	1.235	-20,08%
1. Custeio da gestão administrativa	2.995	2.091	43,23%
1.1. Receitas	2.995	2.091	43,23%
Custeio administrativo da Gestão Previdencial	823	200	311,50%
Custeio administrativo dos investimentos	2.027	1.744	16,23%
Resultado positivo líquido dos investimentos	131	147	-10,88%
Outras receitas	14	-	-
2. Despesas administrativas	2.690	2.334	15,25%
2.1. Administração previdencial	1.895	1.563	21,24%
Pessoal e encargos	1.190	940	26,60%
Treinamentos/congressos e seminários	7	85	-91,76%
Viagens e estadias	3	7	-57,14%
Serviços de terceiros	517	377	37,14%
Despesas gerais	32	45	-28,89%
Depreciações e amortizações	17	20	-15,00%
Tributos	129	89	44,94%
2.2 Administração dos investimentos	795	771	3,11%
Serviços de terceiros	744	723	2,90%
Despesas gerais	14	12	16,67%
Tributos	37	36	2,78%
2.4. Outras despesas	-	-	-
3. Constituição/Reversões de contingências administrativas	-	-	-
4. Reversão de recursos para o Plano de Benefícios	-	-	-
5. Resultado negativo líquido dos investimentos	87	5	1640,00%
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	218	(248)	-187,90%
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	218	(248)	-187,90%
8. Operações Transitórias	-	-	-
B) Fundo administrativo do exercício atual (A+7+8)	1.205	987	22,09%

SERGIO SHINJI MIYAKE
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 047.032.758-80

RODRIGO FRANCISCO DO PRADO SILVA
CONTADOR – CRC 1SP 221255/O-0
CPF: 011.932.857-71

4. Demonstrações do Ativo Líquido do Plano de Benefícios – Plano de Aposentadoria PreviHonda – Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de Reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>Varição</u>
1. Ativos	253.667	246.932	2,73%
Disponível	15	43	-65,12%
Recebível	1.764	1.527	15,52%
Investimento	251.888	245.362	2,66%
Ações	37.163	36.339	2,27%
Fundos de investimento	214.725	209.023	2,73%
2. Obrigações	965	786	22,77%
Operacional	965	786	22,77%
3. Fundos não previdenciais	1.145	938	22,07%
Fundos administrativos	1.145	938	22,07%
4. Resultados a realizar	-	-	-
5. Ativo líquido (1-2-3-4)	251.557	245.208	2,59%
Provisões matemáticas	249.148	243.399	2,36%
Fundos previdenciais	2.409	1.809	33,17%
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	-	-	-

SERGIO SHINJI MIYAKE
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 047.032.758-80

RODRIGO FRANCISCO DO PRADO SILVA
CONTADOR – CRC 1SP 221255/O-0
CPF: 011.932.857-71

5. Demonstrações das Mutações do Ativo Líquido do Plano de Benefícios – Plano De Aposentadoria PreviHonda – Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de Reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>Variação</u>
A) Ativo líquido – início do exercício	245.208	218.125	12,42%
1. Adições	40.463	37.544	7,77%
Contribuições	8.787	8.336	5,41%
Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão Previdencial	31.676	29.208	8,45%
2. Destinações	(34.114)	(10.461)	226,11%
Benefícios	(11.206)	(9.048)	23,85%
Resultado negativo líquido dos investimentos - Gestão Previdencial	(22.108)	(1.234)	1691,57%
Custeio administrativo	(800)	(179)	346,93%
3. Acréscimo/Decréscimo no ativo líquido (1+2)	6.349	27.083	-76,56%
Provisões matemáticas	5.749	25.979	-77,87%
Fundos previdenciais	600	1.104	-45,65%
B) Ativo líquido – final do exercício (A+3)	251.557	245.208	2,59%
C) Fundos não previdenciais	207	(236)	-187,71%
Fundos administrativos	207	(236)	-187,71%

SERGIO SHINJI MIYAKE
DIRETOR SUPERINTENDENTE
 CPF: 047.032.758-80

RODRIGO FRANCISCO DO PRADO SILVA
CONTADOR – CRC 1SP 221255/O-0
 CPF: 011.932.857-71

6. Demonstrações das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – Plano De Aposentadoria PreviHonda – Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de Reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>Variação</u>
Provisões técnicas (1+2+3+4)	252.522	245.994	2,65%
1. Provisões matemáticas	249.148	243.399	2,36%
1.1. Benefícios concedidos	44.003	42.720	3,00%
Contribuição Definida	44.003	42.720	3,00%
1.2. Benefícios a conceder	205.145	200.679	2,23%
Contribuição Definida	170.874	165.802	3,06%
Saldo de contas – parcela patrocinador	165.553	161.080	2,78%
Saldo de contas – parcela participante	5.321	4.722	12,69%
Benefício Definido	34.271	34.877	-1,74%
2. Equilíbrio técnico	-	-	-
3. Fundos	2.409	1.809	33,17%
3.1. Fundos previdências	2.409	1.809	33,17%
4. Exigível operacional	965	786	22,77%
4.1. Gestão previdencial	965	786	22,77%

SERGIO SHINJI MIYAKE
DIRETOR SUPERINTENDENTE
 CPF: 047.032.758-80

RODRIGO FRANCISCO DO PRADO SILVA
CONTADOR – CRC 1SP 221255/O-0
 CPF: 011.932.857-71

7. Demonstrações do Ativo Líquido do Plano de Benefícios – Plano de Aposentadoria do Banco Honda – Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de Reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>Variação</u>
1. Ativos	3.122	2.947	5,94%
Recebível	71	60	18,33%
Investimento	3.051	2.887	5,68%
Ações	450	427	5,39%
Fundos de investimento	2.601	2.460	5,73%
2. Obrigações	4	4	-
Operacional	4	4	-
3. Fundos não previdenciais	60	49	22,45%
Fundos administrativos	60	49	22,45%
4. Resultados a realizar	-	-	-
5. Ativo líquido (1-2-3-4)	3.058	2.894	5,67%
Provisões matemáticas	2.942	2.867	2,62%
Fundos Previdenciais	116	27	329,63%
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	-	-	-

SERGIO SHINJI MIYAKE
DIRETOR SUPERINTENDENTE
 CPF: 047.032.758-80

RODRIGO FRANCISCO DO PRADO SILVA
CONTADOR – CRC 1SP 221255/O-0
 CPF: 011.932.857-71

8. Demonstrações das Mutações do Ativo Líquido do Plano de Benefícios – Plano de Aposentadoria do Banco Honda – Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de Reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>Variação</u>
A) Ativo líquido - início do exercício	<u>2.894</u>	<u>2.563</u>	12,91%
1. Adições	<u>543</u>	<u>500</u>	8,60%
Contribuições	163	160	1,88%
Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão Previdencial	380	340	11,76%
2. Destinações	<u>(379)</u>	<u>(169)</u>	124,26%
Benefícios	(92)	(133)	-30,83%
Resultado negativo líquido dos investimentos - Gestão Previdencial	(263)	(14)	1778,57%
Custeio administrativo	(24)	(22)	9,09%
3. Acréscimo/Decréscimo no ativo líquido (1+2)	<u>164</u>	<u>331</u>	-50,45%
Provisões matemáticas	75	316	-76,27%
Fundos previdenciais	89	15	493,33%
B) Ativo líquido - final do exercício (A+3)	<u><u>3.058</u></u>	<u><u>2.894</u></u>	5,67%
C) Fundos não previdenciais	<u>11</u>	<u>(12)</u>	-191,67%
Fundos administrativos	11	(12)	-191,67%

SERGIO SHINJI MIYAKE
DIRETOR SUPERINTENDENTE
 CPF: 047.032.758-80

RODRIGO FRANCISCO DO PRADO SILVA
CONTADOR – CRC 1SP 221255/O-0
 CPF: 011.932.857-71

9. Demonstrações das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – Plano de Aposentadoria do Banco Honda – Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de Reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>Variação</u>
Provisões técnicas (1+2+3+4)	3.062	2.898	5,66%
1. Provisões matemáticas	2.942	2.867	2,65%
1.1. Benefícios concedidos	390	422	-7,58%
Contribuição Definida	390	422	-7,58%
1.2. Benefícios a conceder	2.552	2.445	4,38%
Contribuição Definida	2.362	2.287	3,28%
Saldo de contas – parcela patrocinador	2.332	2.262	3,09%
Saldo de contas – parcela participante	30	25	20,00%
Benefício Definido	190	158	20,25%
2. Equilíbrio técnico	-	-	-
3. Fundos	116	27	329,63%
3.1 Fundos Previdencias	116	27	329,63%
4. Exigível operacional	4	4	-
4.1. Gestão previdencial	4	4	-

SERGIO SHINJI MIYAKE
DIRETOR SUPERINTENDENTE
 CPF: 047.032.758-80

RODRIGO FRANCISCO DO PRADO SILVA
CONTADOR – CRC 1SP 221255/O-0
 CPF: 011.932.857-71

10. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A PreviHonda – Entidade de Previdência Privada é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, nos termos do artigo 5º, Item II, da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, revogada pela Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001.

O funcionamento da Entidade foi autorizado pela Portaria nº 4.717 do Ministério da Previdência Social– MPS por prazo indeterminado em 31 de Agosto de 1998.

A PreviHonda possui autonomia administrativa, financeira e patrimonial, tendo por objetivo complementar os benefícios assegurados pela previdência social oficial, sendo patrocinada pelas seguintes empresas:

- Moto Honda da Amazônia Ltda.;
- Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda.;
- Honda Componentes da Amazônia Ltda.;
- HTA Industria e Comércio Ltda.;
- Honda Automóveis do Brasil Ltda.;
- Honda Serviços Ltda.;
- PreviHonda – Entidade de Previdência Privada;
- Banco Honda S/A;
- Honda Energy do Brasil Ltda; e
- Corretora de Seguros Honda Ltda.

A PreviHonda administra 2 planos de benefícios previdenciais na modalidade de contribuição variável, sendo:

- Plano de Aposentadoria PreviHonda; e
- Plano de Aposentadoria Banco Honda

Os planos de benefícios administrados pela PreviHonda são constituídos, em sua grande maioria, na estrutura de Contribuição Definida, que não envolve riscos atuarial e financeiro para as empresas patrocinadoras. Porém os planos possuem uma parcela de Benefício Definido referente ao Benefício Mínimo oferecido aos funcionários ativos que ganham salários inferiores à 15

Unidades Previdenciárias. Este benefício garante o maior entre o saldo acumulado e o valor de 4 (quatro) salários proporcionais à carreira, neste caso, o pagamento do benefício será em parcela única.

A PreviHonda possuía em 31 de dezembro de 2020 e 2019 as seguintes quantidades de participantes:

	Quantidade	
	2020	2019
Ativos	11.105	11.258
Assistidos	129	124
Autopatrocínados	136	143
BPD (aguardando benefício)	385	264
Total	11.755	11.789

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da PreviHonda estão apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das EFPC., especificamente a Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, Instrução PREVIC nº 1, de 22 de março de 2011, Instrução PREVIC nº 5, de 8 de setembro de 2011, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE 11, e as práticas contábeis brasileiras.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC T 19.27.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões distintas (Previdencial, Assistencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações.

Conforme resolução vigente, as entidades fechadas de previdência complementar apresentam os seguintes demonstrativos contábeis:

- Balanço Patrimonial - BP – Apresenta de forma consolidada, os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos planos;
- Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS – Apresenta de forma consolidada, as movimentações ocorridas no Patrimônio Social dos planos da Entidade;
- Demonstração do Ativo Líquido - DAL – Apresenta por plano de benefícios, a composição do ativo líquido disponível para cobertura das obrigações atuariais dos planos da Entidade;
- Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL – Apresenta por plano de benefícios, as mutações ocorridas no Ativo Líquido no exercício;

- Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA – Apresenta de forma consolidada, o resultado da atividade administrativa da Entidade e as movimentações do fundo administrativo ocorridas no exercício;
- Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT – Apresenta por plano de benefícios, a composição das Provisões Técnicas no final do exercício.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) *Apuração do Resultado*

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento, são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

As Rendas/Variações Positivas de dividendos, bonificações e juros sobre capital próprio recebidos em dinheiro, decorrentes de investimentos em ações, são reconhecidas contabilmente a partir da data em que a ação gerar a receita.

As contribuições dos autopatrocinados são registradas pelo regime de caixa, por ocasião do recebimento conforme prazo previsto no regulamento do plano de benefícios.

b) *Estimativas Atuariais e Contábeis*

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores que refletem a posição em 31 de dezembro de 2020 e 2019 com base no julgamento da administração para determinação dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissional externo e as contingências cujas probabilidades de perdas foram informadas pelos advogados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.

c) *Realizável*

- ***Gestão Previdencial***

O realizável previdencial é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores e pelos direitos da Entidade, relativos às contribuições das patrocinadoras, dos participantes e os depósitos judiciais/recursais da gestão previdencial.

- ***Gestão Administrativa***

O realizável administrativo é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores a receber decorrentes de operações de natureza administrativa.

- ***Fluxo dos Investimentos***

Nos termos da Resolução do Conselho Monetário Nacional CMN nº. 4.661 de 25 de maio de 2018 e CGPC nº 29 de 13 de abril de 2018 alterada pela CGPC nº 37 de 13 de

março de 2020, os investimentos são classificados em duas categorias, de acordo com a intenção de negociação da Administração na data da aquisição, a saber:

- i. Títulos para negociação - títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas não realizadas reconhecidos no resultado do exercício.
- ii. Títulos mantidos até o vencimento - títulos e valores mobiliários com vencimentos superiores a 12 (doze) meses da data de aquisição, os quais a entidade mantém interesse e capacidade financeira de manter até o vencimento, sendo classificados como de baixo risco por agência de risco do país, e que serão avaliados pela taxa de rendimentos intrínseca dos títulos e seus efeitos reconhecidos em conta específica no resultado do exercício.

As aplicações em fundos de investimentos estão demonstradas pelos valores das cotas informados pelos administradores na data-base das demonstrações financeiras. As aplicações em ações são contabilizadas pelo custo de aquisição, acrescido das despesas de corretagem e outras taxas incidentes, sendo avaliadas pelo valor de mercado, considerando-se a cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação foi negociada em Bolsa de Valores, conforme passou a determinar a Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018. Em caso de não haver negociação nos últimos seis meses, a avaliação é efetuada pelo valor patrimonial da ação, deduzidas as provisões para perdas, quando aplicável.

A Entidade não possui em sua composição de investimentos, ativos sem cotação no mercado de ativo constantes do laudo de avaliação econômica que justifique a necessidade de adoção de premissas utilizadas para sua avaliação, bem como a escolha de preço do ativo nos casos em que mais de uma opção é apresentada para a Entidade.

d) Permanente

- **Imobilizado**

Os itens que compõem o Imobilizado são depreciados pelo método linear de acordo com a vida útil do bem, estimada na data da aquisição, às seguintes alíquotas anuais:

Descrição	<u>Alíquota Anual</u>
Móveis, Utensílios, Máquinas e Equipamentos de Uso	10%
Computadores e Periféricos – “Hardware”	20%
Veículos	20%

e) Exigível Operacional

São registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, estando representados pelas obrigações decorrentes de direito a benefícios pelos participantes, salários dos empregados da Entidade, prestação de serviços por terceiros, investimentos e obrigações fiscais.

f) Exigível Contingencial

São registradas as ações que serão objeto de decisão futura, podendo ocasionar impacto na situação econômico-financeira, cuja as probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados (deduzidas dos correspondentes depósitos judiciais).

Estas provisões para contingências são avaliadas periodicamente e são constituídas tendo como base o Pronunciamento CPC n.º 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e considerando a avaliação da Administração e de seus consultores jurídicos, sendo consideradas suficientes para cobrir prováveis perdas decorrentes desses processos.

Essas ações estão classificadas entre gestão previdencial, administrativa e de investimentos, de acordo com a sua natureza.

Para fins de definição de probabilidade de perdas são usados os termos provável, possível e remota com os seguintes conceitos:

Perda provável: a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é maior do que a de não ocorrer. Nessa classificação a Entidade constitui provisão para perdas e faz sua devida divulgação nas notas explicativas.

Perda possível: a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é menor que provável, mas maior que remota. A provisão para perdas não é reconhecida, entretanto, é divulgada nas notas explicativas.

Perda remota: a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é pequena. Não se faz necessário o registro de ou divulgação nas notas explicativas.

g) Provisões Matemáticas

São apurados com base em cálculos atuariais, procedidos por atuários contratados pela PreviHonda e representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, quanto aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes ou seus beneficiários.

h) Operações Administrativas

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa – PGA, que possui patrimônio compartilhado com os planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdencial, Investimentos e Diretas), deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo é segregado por plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

As receitas administrativas da PreviHonda são debitadas aos Planos Previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente.

Para a determinação do saldo do Fundo Administrativo de cada plano a Entidade utiliza o seguinte critério:

- Receitas: alocadas diretamente a cada plano que as originou, sendo utilizadas as fontes de custeio previdencial e investimentos;
- Despesas Específicas: alocadas diretamente ao plano que as originou;
- Despesas Comuns: utilização de critério de rateio que leva em consideração o valor mensal de contribuições administrativas realizado pelo plano de benefícios, que é base para apuração do percentual de participação de cada plano nas despesas administrativas comuns;

As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo da PreviHonda, e estão em conformidade com a Resolução CGPC nº 29, datada de 31 de agosto de 2009.

4. DISPONÍVEL

Registra as disponibilidades existentes em bancos, reconhecidas por seus valores em moeda nacional.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Banco Bradesco S.A	14	41
Western Asset Management Company DTVM Ltda	<u>1</u>	<u>2</u>
	<u>15</u>	<u>43</u>

5. REALIZÁVEL – GESTÃO PREVIDENCIAL

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Contribuições do mês (a)	625	594
Outros realizáveis (b)	<u>6</u>	<u>5</u>
	<u>631</u>	<u>599</u>

a) Contribuições do mês

As contribuições do mês referem-se a valores de contribuições previdenciais normais e extraordinárias mensais devidas pelos patrocinadores. Os participantes dos planos não efetuam contribuições, conforme previsto no regulamento.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Patrocinadores	625	594
	<u>625</u>	<u>594</u>

b) Outros realizáveis

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Benefícios pagos a maior	<u>6</u>	<u>5</u>

6. REALIZÁVEL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

Registra os valores a receber decorrentes de operações da Gestão Administrativa.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Contribuições para custeio (a)	86	1
Tributos a Compensar (b)	<u>5</u>	<u>5</u>
	<u>91</u>	<u>6</u>

a) Contribuições para custeio

Refere-se a valores a receber relativos às contribuições para o custeio administrativo devidas pelos patrocinadores, autopatrocinados e participantes em BPD, previstas na avaliação atuarial.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Patrocinadores	87	1
	<u>87</u>	<u>1</u>

b) Tributos a Compensar

Refere-se à PIS, COFINS e CSLL recolhidos a maior junto à Receita Federal.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
PIS/COFINS/CSLL	5	5
	<u>5</u>	<u>5</u>

7. REALIZÁVEL – INVESTIMENTOS

- **Composição da Carteira**

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Ações	37.804	36.932
Instituições Financeiras	8.200	10.577
Companhias Abertas	29.604	26.355
Fundos de Investimento	218.427	212.431
Referenciado	64.029	63.881
Renda Fixa	154.398	148.550
	<u>256.231</u>	<u>249.363</u>

- **Composição por Prazo de Vencimento (para negociação)**

**Ações à Vista
Para negociação**

Empresa	Código	2020		2019	
		Quantidade	Valor de Mercado	Quantidade	Valor de Mercado
Alpargatas S.A.	ALPA4	1.103	46	-	-
Ambev S.A.	ABEV3	59.902	937	65.024	1.214
Azul S.A.	AZUL4	4.858	191	3.725	217
Banco Bradesco S.A.	BBDC3	20.700	501	19.683	670
Banco Bradesco S.A.	BBDC4	76.266	2.070	73.215	2.648
Banco do Brasil S.A.	BBAS3	18.026	699	20.914	1.105
BB Seguridade Participações S.A.	BBSE3	8.662	257	5.519	208
B2W DIGITAL ON	BTOW3	3.414	258	6.199	390
B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão	B3SA3	34.332	2.128	37.556	1.614
Banco Inter S.A.	BIDI11	-	-	2.456	114
Banco BTG Pactual S.A.	BPAC11	5.640	530	5.444	414
BR Malls Participações S.A.	BRML3	10.053	100	8.552	154
Bradespar S.A.	BRAP4	3.769	240	1.683	61
Petrobrás Distribuidora S.A.	BRDT3	22.578	500	20.858	627
Braskem S.A.	BRKM5	-	-	1.272	38
BRF - Brasil Foods S.A.	BRFS3	10.715	236	15.348	540
Cyrela Commercial Propert S.A Empr Part	CCPR3	-	-	3.546	90
CCR S.A.	CCRO3	19.909	268	8.982	170
Cogna Educação S.A.	COGN3	26.264	122	38.906	445
CPFL Energia S.A.	CPFE3	4.510	147	10.852	386
CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A.	CVCB3	1.552	32	4.798	210
CVC Brasil ON	CVCB11	459	4	-	-
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás	ELET3	7.106	261	9.757	369
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás	ELET6	4.191	155	4.365	167
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás	ELET9	-	-	1.997	75
CESP – Companhia Energética de São Paulo	CESP6	1.802	52	-	-
Cielo S.A.	CIEL3	9.557	38	9.466	79
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG	CMIG3	-	-	2.799	44
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG	CMIG4	16.029	233	17.713	244
	CRFB3	3.209	62	-	-
Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG	CSMG3	-	-	1.154	78
Companhia Siderúrgica Nacional	CSNA3	5.414	172	-	-
Cosan S.A.	CSAN3	2.444	185	-	-

Cury Contrutora ON	CURY3	7.344	76	-	-
Cyrela Realt ON	CYRE3	6.058	179	-	-
Direcional Engenharia S.A.	DIRR3	4.775	63	-	-
Duratex S.A.	DTEX3	4.720	90	-	-
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.	ECOR3	7.208	96	-	-
Embraer S.A.	EMBR3	9.506	84	14.307	282
Eneva ON NM	ENEV3	4.749	295		
Engie Brasil Energia SA	EGIE3	5.255	231	1.240	63
Equatorial Energia S.A.	EQTL3	18.791	435	21.580	492
Estácio Participações S.A.	EZTC3	1.376	59	7.100	368
Energisa UNT	ENGI11	6.614	346	4.050	217
Notre Dame Intermédica Participações S.A.	GNDI3	8.261	647	4.385	299
Gerdau S.A.	GGBR4	20.584	503	18.987	380
Metalúrgica Gerdau S.A.	GOAU4	13.481	152	8.279	77
Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A.	GOLL4	860	21	1.295	48
Guararapes Confecções S.A.	GUAR3	2.313	34	-	-
Hapvida ON	HAPV3	23.229	355	7.438	476
Hypermarcas S.A.	HYPE3	6.543	224	3.900	139
lochpe Maxion S.A.	MYPK3	-	-	1.644	38
Natura & CO Holding S.A.	NTCO3	-	-	6.582	255
IRB BRASIL RESSEGUROS S.A.	IRBR3	13.384	110	12.378	482
Itaú Unibanco Holding S.A.	ITUB4	72.523	2.294	84.461	3.134
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A	ITSA3	-	-	71.379	1.006
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	ITSA4	67.344	790	-	-
JBS S.A.	JBSS3	27.044	640	31.821	822
JHSF PART ON NM	JHSF3	9.045	71		
Klabin S.A.	KLBN11	7.551	200	2.346	43
Light S.A.	LIGT3	2.128	52	16.448	391
Linx ON	LINX3	-	-	7.073	251
Localiza Rent a Car S.A.	RENT3	-	-	13.746	652
Lojas Americanas S.A.	LAME3	2.234	46	42	1
Lojas Americanas S.A.	LAME4	20.131	529	4.424	116
Companhia de Locação das Américas ON	LCAM3	5.349	157	-	-
Lojas Renner S.A.	LREN3	14.533	633	20.103	1.129
M Dias Branco S.A. Ind. e Com. de Alimentos	MDIA3	1.467	50	-	-
Magazine Luiza S.A.	MGLU3	46.429	1.159	12.981	619
Marfrig ON	MRFG3	8.516	124	-	-
Multiplan ON	MULT3	12.530	295	15.779	522
Neoenergia ON	NEOE3	8.194	145	-	-
Grupo Natura ON	NTCO3	16.823	883	-	-
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	PETR3	58.795	1.696	46.957	1.503
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	PETR4	74.778	2.119	82.425	2.488
Cia Brasileira de Distribuição	PCAR4	2.884	217	2.757	243
Petrório ON	PRIO3	816	57	-	-
Porto Seguro S.A.	PSSA3	769	38	-	-
Qualicorp S.A.	QUAL3	2.256	79	-	-
Raia Drogasil S.A.	RADL3	11.988	300	1.838	205
Randon S.A. Implementos e Participações	RAPT4	3.008	48	3.746	50
Rumo S.A.	RAIL3	26.176	504	26.387	689
Rede D'OR São Luiz S.A.	RDOR3	4.470	305	-	-
Localiza ON	RENT3	10.356	714	-	-
Santander BR Unt	SANB11	2.988	134	2.122	105
Cia Saneamento Básico Estado São Paulo	SBSP3	7.597	338	9.212	558
Sul América S.A.	SULA11	6.675	296	11.063	663
Suzano Papel e Celulose S.A.	SUZB3	13.236	775	16.583	658

Tim S.A.	TIMS3	14.840	217	-	-
Cia Transmissão Energia Elétrica Paulista	TRPL4	3.985	111	1.650	37
Tim Participações S.A.	TIMP3	-	-	16.226	254
Totvs S.A.	TOTS3	11.528	331	4.088	264
Tupy S.A.	TUPY3	2.790	59	-	-
Ultrapar Participações S.A.	UGPA3	17.624	418	16.268	415
Vale S.A.	VALE3	54.325	4.751	58.209	3.103
Telefônica Brasil S.A.	VIVT3	6.905	321	5.045	293
Via Varejo S.A.	VVAR3	25.743	416	19.101	213
Estácio Participações S.A.	YDUQ3	6.333	208	1.998	95
WEG S.A.	WEGE3	9.536	722	4.448	154
				37.666	36.663
A Receber			-		63
Dividendos			17		4
Juros sobre Capital Próprio			121		202
Total Ações				37.804	36.932

Fundos de Investimentos

Descrição	2020	2019
	Valor de Mercado	Valor de Mercado
Fundos de Investimento Referenciado		
Western Asset Sovereign IV Selic Renda Fixa Referenciado Fundo de Investimento	64.029	63.881
Fundos de Investimento Renda Fixa		
Western Asset Inflation II Renda Fixa Fundo de Investimento	7.859	6.792
Western Asset Prev Inflation total Renda Fixa Fundo de Investimento	50.037	47.956
Western Asset Prev Credit Renda Fixa Fundo de Investimento Crédito Privado	68.882	68.050
Western Asset Prev Structured Credit Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado	18.491	17.655
Western Asset Prev Inflation Limited Renda Fixa Fundo de investimento	2.325	2.348
Western Asset Prev Inflation Plus Renda Fixa Fundo de investimento	3.152	3.047
095 Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado		
107 Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado	984	786
111 Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado	-	290
112 Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado	-	611
113 Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado	-	507
1130 Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado	411	398
Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado 131	-	110
Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado 141	818	-
WA DEB Inflation Fundo de Investimento Renda Fixa	1.439	-
Total de Cotas de Fundos de Investimentos Renda Fixa	218.427	212.431

Considerando as disposições da Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018 alterada pela Resolução CNPC nº 37, de 13 de março de 2020, a Entidade classificou toda a sua carteira de títulos e valores mobiliários na categoria “Títulos para Negociação”, com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo com relação da data de aquisição, os quais são avaliados mensalmente ao valor de mercado e seus efeitos reconhecidos no resultado do exercício.

As aplicações no segmento de renda fixa estão registradas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e na B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão (“B3”). A Western Asset administra e faz a gestão da carteira de investimento de forma a atender a Resolução CMN nº 4.661 de 25 de maio de 2018. Os Títulos e Valores Mobiliários geridos pela Western Asset Management Company DTVM Limitada são custodiados pelo Itaú Unibanco S.A.

8. PERMANENTE

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o permanente possui a seguinte composição:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Permanente	63	99
Equipamentos de Informática	12	9
Custo	23	17
(-) Depreciação	(11)	(8)
Veículos	51	89
Custo	69	131
(-) Depreciação	(18)	(42)

9. EXIGÍVEL OPERACIONAL

Os compromissos do Exigível Operacional são assim demonstrados:

- Gestão Previdencial**

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Benefícios a Pagar	689	549
Aposentadorias	689	549
Retenções a Recolher	279	241
Imposto de Renda	279	241
	968	790

- Gestão Administrativa**

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Folha de Pagamento	87	75
Férias	87	75
Prestadores de Serviços	60	67
Gestores de Investimentos	59	57
Consultorias	-	10
Fornecedores	1	-
Retenções a Recolher	81	80
Imposto de Renda – Folha de Salário	23	25

Imposto de Renda – Prestadores de Serviços	1	1
INSS sobre Folha Salarial	19	20
INSS sobre Férias	18	16
FGTS sobre Folha Salarial	7	8
FGTS sobre Férias	7	6
PIS/COFINS/CSLL	6	4
Tributos a Recolher	14	9
PIS/COFINS	14	9
	242	231

10. PATRIMÔNIO SOCIAL

a) Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas foram determinadas em bases atuariais, segundo cálculos efetuados pela JCM Consultores em parceria com a WEDAN Consultoria e Assessoria Atuarial, contratada pela PreviHonda, e representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, oriundos de benefícios concedidos e a conceder a participantes, assistidos e seus beneficiários.

O Planos de Benefícios da PreviHonda estão estruturados na modalidade de Contribuição Definida (CD), consoante à Resolução MPS/CGPC 16, de 22 de novembro de 2005, uma vez que os benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta mantido em favor do participante, inclusive na fase de percepção de benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos, estando em manutenção normal e apto a novas inscrições. O Plano prevê, ainda, Benefício Mínimo de Aposentadoria, sob a forma de pagamento único, caracterizando essa parte em Benefício Definido (BD).

Os benefícios assegurados pelos Planos de Benefícios são financiados exclusivamente pelas Patrocinadoras e Participantes autopatrocinados.

Esta avaliação considerou a base cadastral de 30 de setembro de 2020 e as informações financeiras de 31 de dezembro de 2020, sendo esta a data de cálculo e de posicionamento dos resultados, consignados em demonstrações atuariais e contábeis. Por conseguinte, a base cadastral, foi submetida a análises e testes de consistências, sendo que, após certificações da Entidade, foram consideradas válidas e habilitadas para fins de Avaliação Atuarial Anual.

A movimentação das provisões matemáticas durante o exercício de 2020 pode ser resumida como segue:

- **Plano de Aposentadoria PreviHonda**

	31 dezembro de 2019	Constituição/ Reversão	31 dezembro de 2020
Provisões Matemáticas	243.399	5.749	249.148
Benefícios Concedidos	42.720	1.283	44.003
Contribuição Definida	42.720	1.283	44.003
Saldo de Contas dos Assistidos	42.720	1.283	44.003
Benefícios a Conceder	200.679	4.466	205.145

Contribuição Definida	165.802	5.072	170.874
Saldo de Contas - Parcela Patrocinadora/Instituidores	161.080	4.473	165.553
Saldo de Contas - Parcela Participantes	4.722	599	5.321
Benefício Definido Estruturado em Reg. de Capital. Progr.	34.877	(606)	34.271
Valor Atual dos Benef. Futuros Programados	34.877	(606)	34.271

- **Plano de Aposentadoria Banco Honda**

	31 dezembro de 2019	Constituição/ Reversão	31 dezembro de 2020
Provisões Matemáticas	2.867	75	2.942
Benefícios Concedidos	422	(32)	390
Contribuição Definida	422	(32)	390
Saldo de Contas dos Assistidos	422	(32)	390
Benefícios a Conceder	2.445	107	2.552
Contribuição Definida	2.287	75	2.362
Saldo de Contas - Parcela Patrocinadora/Instituidores	2.262	70	2.332
Saldo de Contas - Parcela Participantes	25	5	30
Benefício Definido Estruturado em Reg. de Capital Progr.	158	32	190
Valor Atual dos Benef. Futuros Programados	397	107	504
(-) Valor Atual das Contrib. Futuras dos Patrocinadores	(239)	(75)	(314)

A variação registrada nos Planos de Benefícios da PreviHonda são justificadas pela manutenção de contribuições de participantes autopatrocinados e patrocinadores, acrescidas da rentabilidade auferida no período, descontado do valor de resgate e concessões ocorridas no exercício e as alterações de hipóteses/premissas.

b) **Fundo Previdencial**

Os Planos de Benefícios da PreviHonda registram o Fundo Previdencial (Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar) corresponde a constituição de recursos oriundos da Gestão Previdencial, definidos em Regulamento, pela reversão de saldos não resgatados ou não portados, quando da cessação do vínculo empregatício, atualizado pela rentabilidade líquida do Plano, sendo revisto, anualmente, por meio de Avaliação Atuarial.

O referido Fundo poderá ser utilizado para compensação de contribuições futuras de Patrocinadoras ou para cobertura da Conta Coletiva Geral, ou outra destinação, observada à legislação vigente, desde que prevista no plano de custeio anual, baseado em parecer atuarial, devidamente aprovado pelo Conselho Deliberativo, conforme dispositivos regulamentares.

Na data base de 31 de dezembro de 2020, o Fundo Previdencial foi reavaliado atuarialmente, consoante à metodologia disposta em Nota Técnica Atuarial.

	31 dezembro de 2019	Constituição/ Reversão	31 dezembro de 2020
Fundos Previdenciais	1.836	689	2.525
Reversão Saldo por Exig. Regulamentar			
Plano de Benefícios PreviHonda	1.809	600	2.409
Plano de Benefícios Banco Honda	27	89	116

c) Fundo Administrativo

O Fundo Administrativo é correspondente à diferença entre as receitas e despesas administrativas, acrescida do retorno dos investimentos.

	31 dezembro de 2019	Constituição/ Reversão	31 dezembro de 2020
Fundos Administrativos	987	218	1.205
Fundo administrativo Previdencial			
Plano de Benefícios PreviHonda	938	207	1.145
Plano de Benefícios Banco Honda	49	11	60

d) Hipóteses e métodos

As Hipóteses e Premissas Atuariais utilizadas na Avaliação Atuarial Anual de encerramento do exercício de 2020 e 2019 foram submetidas a Diretoria e Conselho Deliberativo da PreviHonda que definiram formalmente a aplicação das seguintes Hipóteses, consubstanciadas em opinião técnica atuarial, demonstradas comparativamente àquelas aplicadas no exercício anterior.

Plano de Benefícios PreviHonda

Hipóteses Utilizadas	2020	2019
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 M & F	AT-2000 M & F
Tábua de entrada em invalidez	Mercer Disability Male and Female suavizada em 75%	Mercer Disability Male and Female suavizada em 50%
Taxa real anual de juros	4,11%	4,31%
Projeção de crescimento real de salário	2,76% ao ano	4,75% ao ano
Hipótese sobre rotatividade	3,10% linear ao ano	5,43% linear ao ano

Plano de Benefícios Banco Honda

Hipóteses Utilizadas	2020	2019
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 M & F	AT-2000 M & F
Tábua de entrada em invalidez	Mercer Disability Male and Female suavizada em 75%	Mercer Disability Male and Female suavizada em 50%
Taxa real anual de juros	4,08%	4,31%
Projeção de crescimento real de salário	2,76% ao ano	4,75% ao ano
Hipótese sobre rotatividade	3,10% linear ao ano	5,43% linear ao ano

Considerando a modalidade a qual está estruturada os Planos de Benefícios da PreviHonda, qual seja Contribuição Definida, porém com a previsão Benefício Mínimo de Aposentadoria, sob a forma de pagamento único, caracterizando essa parte em Benefício Definido (BD), o risco atuarial inerente ao Plano recai sobre a não aderência e não

convergência de hipóteses biométricas, demográficas, econômico e financeiras, bem como inadequação do ritmo de capitalização, dado pelo regime e método de financiamento.

Para mitigar esses riscos, as Hipóteses e Premissas Atuariais utilizadas na Avaliação Actuarial Anual de encerramento do exercício de 2020 e 2019 foram submetidas a Estudo Técnico de Aderência, como preconiza a legislação em vigor e à luz das boas práticas de gestão do risco atuarial, de acordo com as características populacionais do Plano e dispositivos regulamentares, observando os princípios de prudência, consistência retrospectiva, tendências internas (visão prospectiva em relação a massa) e tendências externas (mercado e órgão regulador).

e) **Ajuste de Precificação**

Para Avaliação Actuarial de encerramento do exercício de 2020 e 2019, é obrigatória o cálculo e aplicação do Ajuste de Precificação, nas situações de equacionamento de déficit e distribuição de superávit.

O valor de Ajuste de Precificação é calculado para títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, correspondentes à diferença entre o valor de tais títulos calculados considerando a taxa de juros real anual utilizada na Avaliação Actuarial e o valor contábil desses títulos.

Para os Planos de Benefícios da PreviHonda, uma vez que não há títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento”, o ajuste de precificação, não é aplicável.

f) **“Duration” do Passivo**

A “Duration” do passivo do Plano de Benefícios PreviHonda e do Plano de Benefícios Banco Honda em 2020, permaneceu igual a 2019, ou seja, corresponde a 16 anos e 18,50 anos respectivamente, e representa o prazo médio dos pagamentos dos futuros benefícios, ponderado pela importância de cada fluxo anual, considerando as variações de valor do dinheiro ao longo do tempo.

11. APRESENTAÇÃO DOS EFEITOS DA CONSOLIDAÇÃO

O quadro a seguir apresenta as contas contábeis utilizadas e os respectivos valores relativos à consolidação do Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2020:

Código	Conta	Valor
1.2.2.3.00.00.00	Participação no Plano de Gestão Administrativa	1.205
	Plano de Aposentadoria PreviHonda	1.145
	Plano de Aposentadoria Banco Honda	60
2.3.2.2.02.00.00	Participação no Fundo Administrativo do PGA	1.205
	Plano de Aposentadoria PreviHonda	1.145
	Plano de Aposentadoria Banco Honda	60

12. CRITÉRIO DE RATEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas comuns entre os dois planos, são rateadas de acordo com o percentual de contribuição administrativa de cada plano no mês.

13. CONTROLES INTERNOS

De acordo com a Resolução CGPC nº 13, aprovada em 1º de outubro de 2004 a PreviHonda adota princípios, regras e práticas de governança, gestão e controles internos adequados ao porte, complexidade e riscos inerentes aos planos de benefícios por ela operados, de modo a assegurar o pleno cumprimento de seus objetivos.

14. METODOLOGIA E CRITÉRIO PARA A AVALIAÇÃO DE RISCOS

Risco de Mercado

O processo de gerenciamento e de controle do risco de mercado das carteiras da Entidade é feito através do cálculo da Divergência não planejada.

Risco de Crédito

Para o controle e avaliação do risco de crédito a Entidade utiliza a classificação de risco de crédito das emissões não-bancárias e bancárias das agências classificadoras de risco em funcionamento no País.

Risco de Liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é preocupação constante para a Entidade que mantém um percentual confortável de seus recursos totais em ativos de liquidez imediata, evitando a possibilidade de que haja qualquer dificuldade em honrar os compromissos previdenciais no curto prazo.

Operacional

A Entidade registra eventuais perdas operacionais incorridas, realiza avaliações periódicas de suas atividades e processos, identificando os riscos inerentes e a efetividade dos controles praticados e quando necessário implanta planos de ação para mitigar os riscos identificados e aprimorar os controles, mecanismo que resulta em menor exposição a riscos.

Legal

Como forma de gerenciar o risco legal, a Entidade avalia todos os contratos junto a seus prestadores que participam do processo de Investimentos da Entidade além de garantir acesso às possíveis mudanças na regulamentação.

Sistêmico

Mesmo diante da dificuldade de gerenciar e avaliar o risco sistêmico, a Entidade procura buscar informações no mercado que a auxiliem nesta avaliação e tomar todas as medidas cabíveis sempre que identificar sinais de alerta no mercado.

15. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

As Partes Relacionadas da PreviHonda podem ser assim consideradas: os Participantes, as Patrocinadoras, cujo relacionamento ocorre por intermédio de Convenio de Adesão para oferecimento dos planos de benefícios para os empregados e Dirigentes; e; seus administradores, compostos pelos membros do Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva, assim como pelos membros do Conselho Fiscal da Entidade, cujas atribuições e responsabilidades estão definidas no estatuto Social da PreviHonda.

16. RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS

- ***Imposto de Renda***

A Lei nº. 11.053, de 29 de dezembro de 2004, criou um novo regime de tributação, facultando aos participantes de planos de EFPC estruturados na modalidade de contribuição definida ou contribuição variável, optarem para que os valores que lhes sejam pagos a título de resgate ou benefícios de renda, sejam tributados no imposto de renda na fonte:

- por uma nova tabela regressiva, que varia entre 35% a 10%, dependendo do prazo de acumulação dos recursos do participante no plano de benefícios, ou
- por permanecerem no regime tributário atual, que utiliza a tabela progressiva do imposto de renda na fonte para as pessoas físicas.

Além disso, a Lei nº. 11.053/04 revogou a MP nº. 2.222 de 4 de setembro de 2001, dispensando a partir de 1o. de janeiro de 2005 a retenção na fonte e o pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das entidades fechadas de previdência complementar.

- ***PIS e COFINS***

Calculados pelas alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente sobre as receitas administrativas conforme a Instrução Normativa nº 247, de 21 de novembro de 2002 e alterações posteriores (receita bruta excluída, entre outros, pelos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamento de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e de resgate, limitados aos rendimentos das aplicações proporcionados pelos ativos garantidores das reservas técnicas e pela parcela das contribuições destinadas à constituição de reservas técnicas).

17. Considerações Adicionais - COVID-19

Desde janeiro de 2020, com a escalada do COVID-19 (popularmente conhecido como coronavírus) e a pandemia decretada pela Organização Mundial Saúde (OMS) em 11 de março de 2020, a administração da Entidade monitorou a situação atentamente, tendo em vista que o mercado financeiro no Brasil e em outras economias maduras, apresentou

substancial volatilidade no valor dos ativos financeiros, incluindo aqueles atualmente detidos pela Entidade.

A PreviHonda adotou ações com o objetivo de atenuar os impactos da pandemia na renda dos seus Participantes e nos orçamentos da Patrocinadoras. As principais ações tomadas pela Administração no período foram:

- Comunicação ampla e clara e mais intensiva com seus Participantes e Assistidos, com o intuito de manter transparente as ações tomadas pela PreviHonda e assim evitar que decisões precipitadas tragam prejuízos futuros irrecuperáveis;
- Implantação de processos digitais;
- Proximidade com os gestores de investimentos e consultor de investimento, buscando minimizar os impactos e trazendo informações constantes para os Participantes e Assistidos.

Cabe um destaque especial, que após a avaliação dos impactos nos recursos garantidores das reservas técnicas, pode-se concluir que a maior parte das operações que foram impactadas não foi uma consequência da pandemia, mas também um resultado das medidas para contê-la.

18. Outros Assuntos – Alteração de Legislação

A Instrução Previc nº 31, de 20 de agosto de 2020 estabeleceu normas para os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, estrutura o plano contábil padrão, instrui a função e funcionamento das contas, a forma, o meio e a periodicidade de envio das demonstrações contábeis. Entre as principais alterações para vigência em 2021, destacam-se: ampliação da codificação das contas contábeis de 10 para 13 dígitos; revisão da estrutura contábil para registro dos investimentos; inclusão de rubricas contábeis de provisão de perdas estimadas; padronização de procedimentos para a atualização de depósitos judiciais; reclassificação dos contratos de dívidas registrados no Passivo para o Ativo; e criação de grupo de “Informações extracontábeis”, a fim de complementar informações relativas à déficits técnicos e investimentos das Entidade.

A Instrução entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021.

Resolução nº 31, de 11 de dezembro de 2018, que dispõe sobre as condições e os procedimentos a serem observados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC para a independência patrimonial dos planos de benefícios de caráter previdenciário, operacionalizada por meio de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ. As Entidade deverão, para fins de operacionalização dos procedimentos instituídos na Resolução, observar como termo final o dia 31 de dezembro de 2021. Na implementação do CNPJ, observada a regulamentação aplicável, são vedadas: i) a mudança de critérios de precificação; ii) a reprecificação dos ativos e passivos; e iii) a alteração do resultado individual do plano ou consolidado da Entidade.

SERGIO SHINJI MIYAKE
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 047.032.758-80

RODRIGO FRANCISCO DO PRADO SILVA
CONTADOR – CRC 1SP 221255/O-0
CPF: 011.932.857-71